ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL DE DIADEMA – IPRED

Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, às nove horas e dez minutos teve início a Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Diadema, realizada na modalidade presencial.

Membros do Conselho Deliberativo:

ELEITOS:

I – Representantes dos segurados ativos:

Titulares: Rosana Bandeira Nalegaca, Ana Claudia Gonzales de Araújo, Maria Aparecida de Morais Ribeiro, Fábio Gomes Peixoto. Suplentes: Maria Aparecida Alves Campos, Amarildo Pereira Amorim, Delvane Maria dos Reis Rosa, Michelly Vasconcelos Neves.

II - Representantes dos segurados Inativos: Titular: Evaldo Martins da Silva.

Suplente: Ulisses Woczinski.

INDICADOS:

III - Representantes do Poder Executivo: Membros titulares: José Pereira Barros,

Silvana Ferreira Caetano, Robson de Carvalho, Elaine Cordeiro da Silva Rigueira, Fábio

Rodrigues. Membros suplentes: Elisete da Rocha dos Santos, Vanessa Aparecida

Gomes Oliveira, Rosa Viviane Moura de Macedo, André Luiz Silva Ramos, Bruno de

Souza Seto.

IV – Representantes do Poder Legislativo: Titular: Lucas Nogueira de Araújo Sousa.

Suplente: Jorge Luiz Ferreira de Lima.

V – Representantes do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema: Titular:

Katia Cheli Kanasawa. Suplente: Adriana Alves Luna.

Presentes:

Ana Claudia Gonzales de Araújo, Fábio Rodrigues, Kátia Cheli Kanasawa, Robson

De Carvalho, Rosana Bandeira Nalegaca; Maria Aparecida de Morais Ribeiro, Fábio

Gomes Peixoto, Silvana Ferreira Caetano, José Pereira Barros, Elaine Cordeiro da Silva Rigueira, Evaldo Martins da Silva, Lucas Nogueira de Araújo Sousa. Suplentes presentes: Michelly Vasconcelos Neves, Adriana Alves Luna.

Estavam presentes representando o Instituto, como servidores do mesmo, os Sr. Rubens Xavier Martins – Superintendente e o Sr. João Lopes Alves de Almeida, Diretor Financeiro.

PAUTA:

1. Encerramento da Carteira de Investimentos do 2º trimestre de 2022;
2. Apresentação da Prestação de contas do 3º bimestre de 2022;
3. Informes gerais.

Carteira de Investimentos 2°Trimestre 2022

O Sr. Marcos Almeida da empresa LDB apresentou a carteira de investimentos do 2° trimestre de 2022 e abordou os seguintes temas relacionados ao cenário macroeconômico; O IPCA de julho 2022 fechou com deflação de -0,68%, já no ano o IPCA acumulado é de 4,77% e nos últimos 12 meses 10,07%, a meta de inflação para 2022 é de 3,50%, com tolerância de 1,5%, para baixo ou para cima. A taxa SELIC atualmente está em 13,75% e desde o início do ano de 2021, já tivemos 12 altas consecutivas. Abordou sobre as taxas indicativas das NTN-B's que estão com ótimas oportunidades para compra no tesouro direto, mas para isso é necessário o estudo de ALM. Em relação ao fechamento da carteira no 2° trimestre de 2022 a carteira fechou com um total de R$ 214.191.774,66, sendo R$ 168.344.097,67 (78,60%) em renda fixa, R$ 19.986.596,65 (9,33%) em renda variável, R$ 12.162.141,63 (5,68%) em investimentos no exterior e R$ 10.074.093,71 (4,70%) em investimentos estruturados. Vale observar que o artigo 7°V, alínea "b" de crédito privado encontra-se desenquadrado passivamente em relação ao limite estabelecido pela resolução n°4.963 devido a alteração da resolução 3.922 para a 4.963 que reduziu o % máximo no artigo de crédito privado para quem possui pró-gestão nível I de 10% para 5%, medidas já foram tomadas para o enquadramento deste artigo. Estamos com 5,26%, em torno de R$ 11 milhões. No artigo 27 da Resolução 4963 diz que podemos manter em carteira por 180 dias as aplicações que passem a ficar desenquadradas desde que seja comprovado que foi em decorrência de ações involuntárias, ou seja, se for desenquadramento passivo. Caso vendêssemos 0,26% dos nossos recursos para ficarmos dentro do limite de 5%, estaríamos saindo num momento desfavorável. O desenquadramento ocorreu pela valorização do investimento. O índice Bovespa caiu entre 10 e 11%, no mês de junho, o peso da renda variável diminuiu e consequentemente o peso da renda fixa aumentou, ocasionando o desenquadramento. Iremos justificar junto a Secretaria de Previdência a opção por permanecermos desenquadrados dentro do período permitido para não saímos com prejuízo.

A rentabilidade da carteira acumulada no ano foi negativa em R$ 2.363.149,09. A meta atuarial no período foi de 7,99% e a rentabilidade da carteira foi de -1,01%. Vale destacar que o fechamento de julho foi positivo e a carteira já se encontra com a rentabilidade positiva no ano.

Aproveita para fazer uma análise do cenário macroeconômico e explicar algumas decisões e escolhas dos investimentos que o Instituto fez. Inicia falando sobre a taxa SELIC, que tende a balizar todos os contratos, essa taxa mostra qual o risco que estamos consumindo/comprando. A inflação veio crescendo principalmente por razões de pandemia, ficamos muito tempo estacionados e estamos voltando para o consumo e estamos sentindo que está faltando matéria prima e produtos no mercado, consequentemente quando vamos comprar, os preços são empurrados para cima.

Estamos acompanhando a guerra da Ucrânia e Rússia que tem feito com que o mercado globalizado sinta na pele, ou seja, a cadeira produtiva de todos está sendo afetada, e consequentemente os preços estão sendo empurrados para cima, com a redução do nosso poder de compra. Para devolver o nosso poder de compra sempre vimos a elevação da taxa SELIC, mas no mês passado, essa doença aparentemente começou a diminuir. Pode ser que essa redução seja momentânea, e que depois ela volte com toda força, ou dê fato as coisas estejam entrando no eixo.

Nos últimos 12 meses a inflação girou em torno de 02 dígitos, ou seja, temos uma meta de política de investimentos a ser percorrida, que gira em torno de um índice de inflação mais uma taxa de juros de 4,89%, portanto precisamos correr atrás da inflação mais uma taxa real de 4,89%, pois precisamos rentabilizar além da inflação. Se o ano encerrasse hoje, teríamos uma taxa de política de investimento em torno de 15% a ser perseguida.

Dado as incertezas e a volatilidade que o mercado tem nos dado, atingir essa taxa de 15% não é tarefa fácil. O ativo livre de risco hoje é a taxa referencial da economia, a SELIC. Hoje a Selic está sendo negociada a 13,75%, temos que nos movimentar, pois já está anunciado que não cumpriremos a nossa meta. A meta de inflação para o ano era de 3,5%. A guerra não estava no radar de ninguém, por isso fica difícil projetar os nossos números para daqui 01 (um) ano. Somos auditados anualmente por TCESP, o que nos deixa na dúvida, se olhamos para o longo ou curto prazo. No mês de agosto/22, foi divulgado IPC15, que é medida do dia 15 do mês anterior até o dia 15 do mês atual, está mostrando sinais de arrefecimento, portanto a nossa meta tende a ser empurrada para baixo. Em todas as reuniões do banco central estamos acompanhando essa meta sendo empurrada para cima. Vínhamos de um cenário de fechamento de taxa de juros. Em 2015 e 2016, tínhamos uma SELIC em torno de 14%. Mercado veio ganhando confiança e credibilidade e as taxas vinham sendo empurradas para baixo.

O mercado vinha depositando confiança, o país vinha se tornando mais competitivo, mais atrativo, consequentemente o risco vinha diminuindo e consequentemente os investidores aceitavam a receber menos taxa de juros. E vimos que essa taxa de juros veio reduzindo até o início de 2022, mas em 2020 e 2021 tivemos a pandemia e iniciamos um período totalmente incerto devido à pandemia. O Brasil sofreu por

pandemia, economia, política, pelo lado fiscal, institucional onde tivemos risco de uma ruptura, e entramos na fase da eleição, tudo isso empurrou as taxas para cima. A Inflação, em decorrência desses acontecimentos, subiu. Atualmente estamos voltando ao patamar de 14%, algumas casas acreditam que a Selic chegará a 14,25% e outras acreditam que já chegou no limite, devido ao fato da inflação dar sinais de desaceleração, de 2021 em diante tivemos 12 altas consecutivas da taxa SELIC. A Cada 40 dias o COPOM, que é o comitê de política monetária do Banco Central se reúne e vemos que a inflação vem empurrando essa taxa para cima, mas como já dissemos, algumas casas acreditam que a SELIC já chegou no limite que deveria chegar e vem apresentando sinais de desaceleração nesses últimos 02 (dois) meses. Então estamos vendo que conforme essas taxas eram empurradas para cima devido à precificação que nós adotamos para nossos investimentos os nossos números eram empurrados para baixo. Os nossos recursos precisam ser marcados a mercado, que é precificar as cotas dos nossos investimentos todos os dias. Como marcamos? Com o carimbo contábil de marcação a mercado, que é dizer quanto os investimentos estão valendo todos os dias, precificá-los todos os dias. Compramos fundos de investimentos com ativos que vencerão daqui a um ano, cinco anos, dez anos, compramos papéis que vencerão daqui a 40(quarenta) anos, sabemos quanto iremos ganhar lá na frente, mas quanto estão valendo hoje? Podem estar valendo mais ou podem estar valendo menos. Vale mais quando o cenário atual é melhor, e vale menos quando o cenário é pior. Para marcar a mercado, pegamos um investimento e seu valor futuro e trazemos para valor presente, descontando pela taxa de juros do dia. Temos uma SELIC para balizar todos os contratos. Atualmente a SELIC só vem subindo, consequentemente trazia os nossos investimentos a valor presente todos os dias por uma taxa de juros maior, descontava por uma taxa de juros maior, ou seja, meu denominador da fórmula todos os dias subia, quando sobe o denominador, diminui o resultado. Desde 2021 esse denominador vem aumentando. Os nossos investimentos são os mesmos desde 2017, de 2016 a 2020 vimos nosso bolo crescer. De 2021 até 2022 o nosso bolo está diminuindo. Isso explica em grande parte ou a totalidade da precificação da nossa carteira, a volatilidade que temos vivenciado, então não fazemos nada, deixamos nosso dinheiro parado no mesmo lugar, por exemplo, e todos os dias sofremos com as expectativas que o mercado tem em relação aos próximos passos. Estamos um pouco mais confiantes do que estávamos a seis meses, um ano atrás. As incertezas trazidas pela pandemia diminuíram. É só para contextualizar como a inflação e a taxa SELIC tende a influenciar os nossos investimentos, sempre balizado na expectativa do mercado. Ainda temos um mês conturbado pela frente, onde a incerteza irá diminuir independente de quem ganhe a eleição. Como não sabemos o que virá, tendemos a ficar na defensiva. São os movimentos que daremos daqui para frente, esperaremos a turbulência passar para darmos um passo maior ou é momento de entrarmos porque as coisas vão melhorar e se melhorarem iremos comprar mais barato.

Procuramos buscar no mercado financeiro os títulos mais seguros, que são os títulos emitidos pelo governo, o título público, e comparar com a nossa necessidade de 15%, inflação + taxa SELIC. A inflação é uma incógnita no nosso dia a dia. Portanto procuramos o título público que remunera a inflação mais uma taxa de juros real e encontrei as NTN-B, notas do tesouro nacional série B, que remunera o composto entre

inflação e mais uma taxa de juros. Possuímos um passivo de longo prazo, ou seja, conforme a avaliação atuarial mostra que vai de hoje até 2096, 75 anos para frente. Por isso não adianta proteger o curto prazo. Esses papéis possuem prazos de vencimentos bem dilatados, protegendo nossa dívida por um todo, e remunera o IPCA que é a grande dúvida da nossa equação, permitindo pensar somente na taxa de juros real que é de 4,89%. Hoje esses papéis estão pagando taxas acima de 5,5%; 6; 5,8%, além de estarmos protegendo no longo prazo, sem contar que é um título emitido pelo governo, que é o mais seguro no mercado. O Banco Central, através do boletim FOCUS, semanalmente tem mostrado que a inflação chegará em 6,70%, nos últimos 12 meses estamos em 10%. Caso a inflação se estabilizar em 6,7% o mercado entende que a SELIC chegou aonde deveria chegar. As projeções para 2023 são de queda na SELIC e se esse cenário se concretizar, as taxas disponíveis no mercado tendem a serem achatadas, e aqueles papéis que têm colaborado para atingimento da nossa meta, amanhã não serão mais uma opção. Tudo isso é importante para nossa tomada de decisão temos a expectativa do Banco Central através do Boletim Focus.

Analisando as tabelas, vemos o comportamento da renda fixa, renda variável, investimento no exterior, então pegamos as possibilidades existentes na resolução e listamos como se comportaram mês a mês, fechamento de trimestre, fechamento de semestre, para contextualizarmos quando formos analisar nossa carteira. Os ativos com maior longo prazo na renda fixa foram os que mais sofreram, IMAB5+, IMAB, ou seja, são os ativos que tem os prazos mais dilatados. E a fórmula de marcação a mercado nos diz que quando a taxa de juros é empurrada para cima o investimento é empurrado para baixo, e o prazo é exponencial nessa fórmula, quando o ativo é mais longo e o cenário é bom, ele rende mais quando a taxa fecha. Quando o cenário é ruim, a taxa abre, ele é empurrado para baixo com mais força. Olhando para a renda fixa somente agora começou a ficar positivo, pois até então ele vinha negativo, no primeiro trimestre ficou negativa.

No mercado costuma-se dizer que "Não existe nada mais fixo do que a renda variável e nada mais variável do que a renda fixa". Na renda variável, quando compramos uma ação, que vale R$ 50,00, iremos vendê-la quando ela estiver no mínimo nos mesmos cinquenta reais ou mais, se estiver com valor menor não vendemos, pois caso ocorra, realizamos o prejuízo. O preço da renda fixa é influenciado pelo mercado, mas como temos as obrigações correntes do Instituto que precisamos honrar, e não utilizamos no dia a dia a renda variável para esse fim, usamos a renda fixa, que é fixa somente no vencimento, a denominação é para sabermos quanto iremos receber nesse ativo no seu vencimento, no dia a dia ele é marcado a mercado, que é volátil. Nos dois meses, a renda fixa teve 2% em um único mês nos ativos mais longos, em 2016, 2017 tínhamos 1% ao mês de rentabilidade. A renda variável, em junho, teve os índices caindo 11%, nesse mês houve a oficialização da guerra, que até então era um conflito, a inflação em todos os mercados no exterior, elevação das taxas de juros de todos os governos, o exterior nunca vivenciou taxa de juros tão elevadas. A renda variável nesses dois últimos meses fez com que nosso índice ficasse positivo. Por enquanto a SELIC ainda está muito atrativa, pois se o fechamento de taxa se concretizar a renda fixa vai deixar de ser atrativa.

No exterior, os indicadores caíram 25% no ano. Em 2021 o investimento no exterior rentabilizou em torno de 30, 35% em nossa carteira. Esse ano está puxando para baixo em torno de 23 a 25%.

Mais de 50% de nossa carteira está alocada em títulos de curto prazo, com indexadores distintos. No CDI/SELIC com 30%, que tem nos dado segurança nos investimentos, pois a SELIC está pagando a nossa meta hoje. Temos títulos atrelados à inflação com prazos mais curtos, as NTN-Bs, porém estão marcadas a mercado, o que fez esses títulos sofrerem, pois com a subida da SELIC quando trazemos para valor presente os nossos títulos de longo prazo tendem a ter resultados menores. O maior longo prazo que utilizamos foram em 05 (cinco) anos, esses ativos sofreram menos que os ativos mais longos. Precisamos dos ativos mais longos devido a nossa dívida de longo prazo, as NTN-Bs com prazos mais dilatados, que pode se tornar atrativo se a taxa de juros continuar a ser empurrada para baixo. Se a inflação mostrar sinais de desaceleração, os títulos de curto prazo tendem a sofrer mais, devido marcação a mercado.

Migramos para o IMAB5+, que são as NTNB de longo, quando tem uma sinalização melhor para o país, e para o IMAB5 quando precisamos nos proteger da inflação. o IMAB5 apresenta uma correlação positiva com a inflação, a inflação vem caindo nos dois últimos meses o que ocasionou a queda do IMAB5. Nossos investimentos estavam 30% eram os ativos atrelados ao CDI e 40% atrelados as NTNBs de curto prazo.

Apresentação da Prestação de contas 3º Bimestre 2022;

Sr. João de Almeida dá início à prestação de contas apresentando o quadro de evolução comparativa de 2021 com 3° bimestre 2022. Comparando o fechamento de 2021 com o 3°Bimestre 2022 há a redução de aproximadamente 135 ativos, aumento de 137 aposentados e 13 pensionistas. Em relação às receitas correntes, os números apresentados sobre o previsto e realizado no 3°Bimestre foram: Receitas de Contribuições – Previsto R$ 26.081.000,00 e Realizado R$ 25.994.994,68, outras receitas correntes, como COMPREV- Previsto R$ 950.500,00 e Realizado R$ 1.023.827,07 e Outras restituições – Previsto R$ 500,00, Realizado R$ 37.712,62 e Receita Patrimonial – Previsto R$ 17.600.000,00, Realizado R$ 14.888.786,65, totalizando R$ 41.945.321,02 no realizado das Receitas Correntes. Em relação as Receitas Correntes – Intra-Orçamentárias, os números previstos e realizados referentes ao 3° Bimestre foram: sobre as contribuições da Prefeitura – Previsto R$ 29.683.500,00 e Realizado R$ 18.179.845,35, Câmara – Previsto R$ 800.000,00, Realizado R$ 439.935,10, IPRED – Previsto R$ 94.500,00, Realizado R$ 87.698,71, Florestan – Previsto R$ 67.500,00, Realizado R$ 62.661,86, totalizando R$ 18.770.141,02 no realizado das Contribuições Patronal para RPPS. Em relação aos acordos de parcelamento foram pagos um total de R$ 26.648.275,00 acumulado até o 3° bimestre 2022. A receita referente ao aluguel da central de atendimento foi de R$ 568.300,00, totalizando R$ 44.986.716,02 em receitas correntes intra-orçamentárias. O valor total de receitas correntes e receitas correntes intra-orçamentárias foi de R$ 86.932.037,04. Em relação à Prefeitura encontra-se pendente a parte suplementar de 05/18 a 01/21 totalizando R$ 319.937.156,78 referente ao principal e atualizações e as parcelas dos parcelamentos vigentes de vencimento 06/22, vale destacar como mencionado na

reunião que as providências relativas a essas pendências estão sendo tomadas através do envio de ofícios com as relativas cobranças. Em relação às despesas administrativas o total foi de R$ 2.319.429,86. Com relação as despesas previdenciárias, o total foi de R$ 105.902.002,85, totalizando as despesas em R$ 108.221.432,71. Apresentando um déficit contábil de R$ - 21.289.395,67. Em relação à carteira de investimentos do Instituto: A carteira previdenciária encerrou o 3° Bimestre com R$ 205.894.492,20, a carteira administrativa finalizou com R$ 8.297.282,46, totalizando R$ 214.191.774,66 na carteira. A taxa de administração para o período de 2022 foi de R$ 4.789.199,03 e foram utilizados R$ 2.319.429,86 no 3° bimestre, 48,43 % dos recursos, ficando um saldo de R$ 2.469.769,17.

Sra. Ana Cláudia diz que o quadro de ativos vem diminuindo, apesar do ingresso de novos professores na rede. Questiona sobre as restrições laborais dos servidores, e o processo de readaptação destes, pois estamos com número de servidores novos fazendo serviço administrativo e em alguns casos recebendo hora-aula.

Sra. Silvana pergunta se hoje todos os parcelamentos estão em dia.

Sr. João esclarece que estão pendentes os meses de junho, julho e agosto/22.

Sr. Fábio Peixoto solicita que seja apresentado um slide com esses valores que foram antecipados em dezembro/21 e que estão sendo descontados mensalmente em 2022.

Sr. João esclarece que são aproximadamente R$1,6 milhões mensais, e que fará uma planilha separada para melhor visualização do conselho.

Sra. Ana Cláudia solicita o memorando enviado pela Prefeitura que demonstra esses valores que estão sendo abatidos mensalmente.

Sr. João esclarece que, quanto às despesas administrativas, os resgates dos investimentos ocasionam um aumento no recolhimento do PASEP, aumentando a despesa administrativa. Inclusive na Proposta de Lei Orçamentária para 2023 será necessário projetar uma despesa maior de PASEP.

Sr. Fábio Rodrigues questiona o valor realizados com aposentadorias com relação ao projetado. Tínhamos uma previsão de R$ 80 milhões, estamos executando R$ 97 milhões, questiona se esta previsão é realizada através do cadastro, pois tem algo que está levando a essa diferença.

Sr. João esclarece que quando fazemos a previsão orçamentária, levamos em consideração a projeção do IPCA, previsão de reajuste dos servidores, o valor realizado no semestre já ultrapassou o projetado, temos uma reserva de contingência de R$ 20 milhões, caso a reserva de contingência não seja suficiente o tesouro municipal terá que suprir esse déficit.

Sr. Fábio Rodrigues questiona se temos ferramentas para realizarmos uma projeção mais assertiva, tendo em vista a diferença entre o valor previsto e o valor realizado das aposentadorias.

Sr. João – esclarece que como a alíquota suplementar está suspensa ocorre uma diminuição na estimativa de receitas e acarreta nessa distorção entre o projetado e realizado da despesa.

Sra. Ana Cláudia questiona se não tem uma ferramenta que melhore essa projeção da despesa, pois de R$80 milhões para R$97 milhões a distorção está muito elevada.

Sr. João esclarece que a receita informada pela prefeitura para o ano de 2022 não cobria as despesas fixadas pelo Instituto. Isso porque não temos a alíquota suplementar, e ainda não temos o parcelamento dos R$ 300 milhões. Para a Prefeitura fazer uma projeção de despesas, ela deve ter uma legislação vigente que respalde essa estimativa. Quando fizemos essas projeções, no PPA – Plano Plurianual havia margem para ajustes nas peças orçamentárias anuais dos anos que seguem.

Sr. Fábio Rodrigues sugere que tenhamos uma análise do estudo atuarial para conseguirmos enxergar melhor esses valores de receitas e despesas.

Sem mas eu, Silvana Ferreira Caetano e declaro que redigi esta ata com término às 12 horas 20 minutos.

Diadema, 31 de agosto de 2022.

Assinam a ata:

ANA CLAUDIA GONZALES DE ARAUJO _____

ROSANA BANDEIRA NALEGACA _____

MARIA APARECIDA DE MORAIS RIBEIRO _____

FABIO GOMES PEIXOTO _____

EVALDO MARTINS DA SILVA _____

JOSE PEREIRA BARROS _____

SILVANA FERREIRA CAETANO _____

FÁBIO RODRIGUES _____

ROBSON DE CARVALHO _____

ELAINE CORDEIRO DA SILVA RIGUEIRA _____

LUCAS NOGUEIRA DE ARAÚJO SOUZA _____

KATIA CHELI KANASAWA _____